

# SEGURANÇA EM PAUTA

## Gov. Lula propõe ampliar papel da PF e da PRF em plano que gera reação de governadores



Polícia Ostensiva em vez de Polícia Rodoviária. Lula participa de reunião com governadores no Palácio do Planalto para apresentar plano de segurança que prevê mudanças na Constituição

SÉRGIO ROXO E FERNANDO GONCALVES [sergio.roxo@globo.com](mailto:sergio.roxo@globo.com) [fernando.goncalves@globo.com](mailto:fernando.goncalves@globo.com)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu os governadores na tarde de ontem no Palácio do Planalto para apresentar a PEC da Segurança Pública, que, entre outras medidas, propõe o aumento dos poderes de atuação da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Houve discordâncias em relação ao ponto da proposta que coloca a União como responsável por estabelecer a política nacional de segurança pública e obriga os estados a seguirem as suas diretrizes. Os governadores apresentaram sugestões sobre o tema ao longo de mais de quatro horas de reunião. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, pediu que as ideias sejam enviadas para serem sistematizadas. Um dos principais pontos da PEC prevê que a Polícia Rodoviária Federal passe a ser chamada de Polícia Ostensiva Federal e não atuar apenas em rodovias, mas também em li-

drovias e ferrovias. A proposta também autoriza a corporação a "exercer o policiamento ostensivo na proteção de bens, serviços e instalações federais" e a "prestar auxílio, emergencial e temporário, às forças de segurança estaduais ou distritais, quando requerido por seus governadores". Na reunião, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que foi o responsável pela elaboração da PEC, afirmou que, se houvesse uma polícia com essas funções no início de 2023, os atos de vandalismo do 8 de Janeiro teriam sido evitados. Em relação à Polícia Federal, o texto amplia as prerrogativas da corporação em investigações relacionadas especificamente a crimes ambientais e milícias privadas. O texto da PEC também acrescenta um artigo à Constituição Federal que institui um fundo único de "Segurança Pública e Política Penitenciária" e veda o contingenciamento dos recursos. O projeto inclui na Constituição o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, composto por repre-

### OS PONTOS PRINCIPAIS DA PEC

#### POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Passará a ser Polícia Ostensiva Federal e atuará também em hidrovias e ferrovias federais. A corporação fica autorizada a "exercer o policiamento ostensivo na proteção de bens, serviços e instalações

#### FEDERAIS

a prestar auxílio "emergencial e temporário" às forças de segurança estaduais ou distritais, quando requerido por seus governadores".

#### POLÍCIA FEDERAL

Atuação será ampliada para investigações de crimes "contra a ordem política e social", crimes ambientais em áreas da União, autarquias e empresas públicas, e infrações de "repercussão interessa-

#### DUAL OU INTERNACIONAL

exija repressão uniforme, como as cometidas por organizações criminosas e milícias privadas".

#### FUNDO DE SEGURANÇA

A PEC cria o Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária, com a proibição do contingenciamento dos recursos também incluída na Constituição.

#### SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O projeto inclui na Constituição o Sistema Único de Segurança, hoje em vigor por lei ordinária. O plano prevê "estratégias que assegurem a integração, cooperação e interoperabilidade dos órgãos que o compõem nos três níveis político-administrativos da Federação".

#### TARCÍSIO OTIMISTA

O governador de São Paulo alertou sobre a infiltração do crime organizado nos setores econômicos, como o de combustíveis. Na saída, Tarcísio afirmou que saiu da reunião "otimista" e considerou "bem-vinda" a iniciativa do governo. Ao deixar o Planalto, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), afirmou que ainda é preciso analisar cada ponto, mas viu com bons olhos a criação da Polícia Ostensiva Federal. Ele criticou, porém, a prerrogativa dada à PF de investigar amplia-

ção do governo federal e o Congresso Nacional querem ditar regras aos entes federados — queixou-se. O governador de Goiás defendeu ainda que a PEC seja reformulada justamente para permitir que os estados possam legislar nas áreas penais e penitenciárias, como nos Estados Unidos. Também afirmou que acabou com a violência em Goiás. Em seu pronunciamento no fim da reunião, Lula ironizou Caiado. — Eu tive oportunidade de conhecer hoje o único estado que não tem problema de segurança, que é o estado de Goiás — afirmou o presidente, acrescentando que alguns governadores unitem as informações sobre ocorrências. Se as discordâncias de Lula com Caiado ficaram evidentes, com Tarcísio houve mais sintonia. Os dois apontaram o problema do crime organizado. — Logo, logo, o crime organizado vai estar participando de concurso, indicando juiz, procurador, político, indicando candidato — disse Lula.

#### Quando se fala em diretriz com observância obrigatória, ali se tem uma interferência nos estados que com certeza nenhum governador concorda — disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Durante a reunião, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), criticou o mesmo artigo e disse que a proposta "é uma usurpação de poder e uma invasão de prerrogativas". — O governo federal tem que servir de apoio a nós. E

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil Pagina: 12